

**EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 55.382 - MS
(2017/0244061-3)**

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
EMBARGANTE : ANDRE LUIZ CANCE
ADVOGADOS : JOSÉ WANDERLEY BEZERRA ALVES - MS003291
GUSTAVO HENRIQUE R IVAHY BADARO E OUTRO(S) -
SP124445
GUSTAVO MARQUES FERREIRA - MS007863
JENNIFER CRISTINA ARIADNE FALK - SP246707
JESSICA DIEDO SCARTEZINI - SP351175
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. OMISSÃO INEXISTENTE. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA REQUERER SEQUESTRO DE BENS DE AUTORES DE CRIME, FUNDADA NO DECRETO-LEI Nº 3.240/41. COMPATIBILIDADE COM O INCISO IX, *CAPUT*, DO ART. 129 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONTROVÉRSIA DEVIDAMENTE EXAMINADA NO ACÓRDÃO EMBARGADO. REDISCUSSÃO DE LIDE PROCESSUAL ADEQUADAMENTE DECIDIDA: IMPOSSIBILIDADE. INVIABILIDADE DE SE CONFERIR EFEITOS INFRINGENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. A despeito do inconformismo da Parte Embargante sob a alegação de omissão, no voto condutor do acórdão ora impugnado ressalta-se expressamente a compatibilidade das funções institucionais do Ministério Público com a legitimidade ativa para requerer o sequestro de bens de autores de crimes. Jurisdição devidamente prestada pelo Superior Tribunal de Justiça.

2. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora